

2

Trajeto e trajetórias: os mapas que orientam a pesquisa

Escrever uma dissertação está muito além da empatia com o tema. No meu caso foi necessário primeiro um namoro; olhares, piscadelas, saber um pouquinho mais sobre o objeto do desejo, a paquera, segurar na mão e o tão sonhado primeiro beijo. O Projeto foi o fruto desse início de relacionamento. Nele, idéias foram esboçadas, uma breve revisão de literatura se fez presente e um universo cheio de intenções já mostrava que o namoro “seria coisa séria”. A elaboração do projeto foi fundamental para o delineamento das principais questões de pesquisa. No início, um grande impulso me moveu. Queria assegurar a relevância da pesquisa e meu compromisso com um estudo que pudesse contribuir para a produção do conhecimento. E, também, como no namoro, com a intimidade, o tema foi ganhando forma e conteúdo.

São muitos os desafios para quem se propõe a trabalhar com pesquisa na área das ciências sociais. Minayo (2000) considera que *entrar no campo da Metodologia da Pesquisa Social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo* (p. 20). Embora o debate, como pontua a autora, seja perene e não conclusivo, para nós, leitores e pesquisadores iniciantes, parece já haver alguns consensos entre os estudiosos dessa área. Esses consensos apontam para a existência de uma especificidade da pesquisa nas ciências sociais. E, os desafios postos para quem pretende se envolver em uma pesquisa nessa área se referem justamente a como lidar na prática com essa especificidade, como escolher os melhores caminhos a serem trilhados.

Na tentativa de captar a dinâmica da vida do homem em sociedade e partindo do pressuposto acima, muitos pesquisadores vêm optando por realizar pesquisas de cunho qualitativo. Fazem esta opção por reconhecer que a natureza da pesquisa em ciências sociais é histórica, que ela se dá mediante o contexto, a ação dos homens e por considerar também a identidade entre sujeito e objeto de investigação e a inclusão da subjetividade/ objetividade do pesquisador nos rumos da pesquisa e na análise dos dados.

Uma das grandes contribuições da pesquisa qualitativa está no reconhecimento da subjetividade, tanto dos sujeitos da pesquisa, como do próprio pesquisador. A pesquisa nas ciências sociais é uma investigação sobre o homem feita pelo homem. Desse modo, podemos afirmar que não há pesquisa isenta e distanciada; ela é um olhar parcial sobre a realidade. Um olhar que é fruto da experiência de todos os envolvidos. Assim, cabe ao pesquisador a consciência de que a formulação ou a seleção de questões por ele realizadas influenciam, diretamente, os resultados obtidos. O pesquisar não é um elemento neutro.

Foi em função de seus métodos e sua natureza subjetiva que a pesquisa qualitativa foi, e ainda é, muito questionada, embora venha ganhando reconhecimento no campo científico, à medida que explicita seus procedimentos, deixando claro para o leitor os meandros do processo e os aspectos que envolvem sua análise. Nossa tarefa reside em construir uma metodologia que atenda à pluralidade dos sujeitos e suas relações. Assim, embora exista inspiração nesta ou em outra metodologia, cada pesquisa é única. *É mediante suas escolhas metodológicas que um pesquisador delimita formas de construção do conhecimento e possibilidades de interação com o objeto/sujeito* (BRITO e LEONARDOS, 2001: 27-28).

Nessa abordagem de pesquisa, vemos o próprio conceito de ciência ser resignificado. Os resultados das investigações dizem respeito aos sentidos que são dados pelos sujeitos, considerando sua história, cultura, condições de vida, ideologias, além das próprias condições de realização da pesquisa. Não existem, portanto, na pesquisa em ciências sociais, conclusões que possam ser assumidas como verdades inquestionáveis; um conceito vai se definindo à proporção que o debate sobre ele se torna cada vez mais constante, alimentado por diferentes áreas do conhecimento.

Por acreditar que a ciência é socialmente construída pelos homens, que opto, por esta abordagem, buscando métodos qualitativos para a investigação. Segundo Ludke e André (1986), na pesquisa qualitativa, a fonte é o ambiente natural e o pesquisador atua como principal instrumento de coleta de dados; preocupando-se que esta descreva as pessoas, as situações e os acontecimentos (dados descritivos); interessa-se em verificar como o problema estudado se relaciona com as outras situações do contexto ou seja, *a preocupação com o processo é maior do que com o produto* (p.12); procura revelar a maneira como as

peessoas envolvidas na pesquisa encaram as questões que estão sendo tratadas, retratando a "perspectiva dos participantes"; não exige a formulação de hipóteses antes do início dos estudos, os focos de interesse da pesquisa vão se tornando mais específicos à medida que o estudo se desenvolve.

A observação livre, o registro em diário de campo, as conversas/entrevistas e a fotografia serão meus companheiros nessa investigação.

Tendo levantado algumas considerações que dizem respeito à natureza da pesquisa, passo então aos sujeitos da pesquisa.

A perspectiva que adoto, neste estudo, ao tratar da criança focaliza as dimensões sociais da infância, considerando ser nas malhas da sociedade que a categoria infância emerge, categoria que produz, em certa medida, a própria sociedade. (PINTO, 1997)

De acordo com as idéias de Pinto podemos concluir que, se por um lado a infância é fruto das relações nas quais as crianças estão inseridas, por outro, à medida que tem ocupado um espaço físico e social, as crianças também alteram, determinam e regem direta ou indiretamente a sociedade.

Diante do reconhecimento da criança como produtora do social, muitos têm sido os olhares para a infância. No campo científico existe uma forte corrente que busca o reconhecimento da infância como categoria de pesquisa. A sociologia vem trazendo importantes contribuições nesse sentido.

Sirota (2001) em seu artigo “Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar” introduz o debate sobre a emergência de uma sociologia da infância, fazendo uma leitura minuciosa dos trabalhos publicados nos anos 90, na língua francesa, sobre o tema. A autora pontua que a questão da construção de uma sociologia da infância não é nova, tendo seus primeiros registros em 1937.

Mas, se por um lado, podemos considerar positivo o fato de que em 1937 já existiam olhares voltados para a questão da infância como categoria de pesquisa, para a autora, o nascimento deste campo foi marcado pela constatação de carência e pela fragmentação do objeto. As primeiras dificuldades para a sua construção foram: libertar o objeto do implícito, fazendo, desta maneira, emergir no campo de pesquisa e, ao mesmo tempo, desvinculá-lo do combate militante. (p.8)

Os primeiros trabalhos voltados para a infância diziam respeito ao gênero ou à escolarização dos filhos de imigrantes. A pesquisa era voltada para “aqueles que não têm palavra”, segundo a origem etimológica – “infans”, aquele que não fala (p.9). Neles, a criança é considerada como um ser do futuro, em devir. Nesse sentido, a atenção dos sociólogos se volta, em primeira instância, ao trabalho de socialização. Essa abordagem, segundo a autora, é o ponto de partida para o apagamento da infância, ou sua marginalização. Sua percepção se dá em dispositivos institucionais como a escola, a família, a justiça.

Os primeiros elementos da sociologia que fazem oposição a essa concepção de infância foram discutidos em 1993, no colóquio de pesquisa “Por um novo balanço da sociologia da educação”¹. Os trabalhos revelam a criança, e não mais simplesmente o aluno, como ator social, no quadro da desescolarização da sociologia da educação. Buscando responder como se deu essa evolução científica, a autora destaca cinco etapas desse processo. Na primeira, *a emergência atual de uma sociologia da infância poderia ser simbolizada mediante a aparição da noção de ‘ofício de criança’. Tomar a sério a criança, reservando-lhe o lugar de um objeto sociológico pleno, é o primeiro desafio da noção de ofício de criança* (p.14). Trata-se de definir uma escola que corresponda à natureza infantil, onde se operam, livremente os processos de maturação e desenvolvimento.

Na segunda etapa, a criança é considerada como um parceiro, sendo a escolaridade a ocupação principal da infância, aparecendo na literatura francesa a noção de ofício do aluno (Perrenoud,1988). Uma sociologia do ofício do aluno se torna, assim, ao mesmo tempo, uma sociologia do trabalho escolar e da organização educativa.

Na terceira etapa, alguns trabalhos dizem respeito à noção de experiência: *é preciso substituir a noção de papel pela de experiência. Pois os indivíduos, neste caso principalmente os alunos, não se formariam mais somente na aprendizagem sucessiva de papéis propostos, mas nas suas capacidades de dominar as experiências escolares sucessivas.* (Sirota, 2001: 17)

A quarta etapa retoma a definição de ofício do aluno, mas, aqui, é a educação familiar que deve permitir a eclosão do eu da criança.

¹ A autora não especifica a data e o local do colóquio.

Esta dissertação se identifica com a quinta etapa, onde a grande parte dos sociólogos que se interessam pela criança, passa deliberadamente, de uma sociologia da escolarização a uma sociologia da socialização. Eles se atêm à socialização primária, visando a essa população infantil, tanto como ser em devir, quanto como ator social de sua própria socialização. *A perspectiva adotada é com frequência socioantropológica, ultrapassando as barreiras disciplinares para tomar a sério o 'ofício da criança'* (Sirota, 2001:18).

A autora aponta que existem pontos de convergência entre a literatura inglesa e a francesa. Nas duas, a criança é considerada como uma construção social; em ambas, o objeto infância é reintroduzido como um objeto ordinário da análise sociológica, redefinindo as divisões clássicas entre psicologia e sociologia, em relação a esse período da vida. A infância é considerada não simplesmente como um momento precursor, mas como um componente da cultura e da sociedade; as crianças devem ser consideradas como atores plenos. Percebem que as crianças são, ao mesmo tempo, produtos e atores dos processos sociais; trata-se de se indagar sobre o que a criança em suas diferentes instâncias de socialização. Por fim, acreditam que a infância é uma variável de análise sociológica que se deve considerar em sentido pleno.

Sirota (2001) destaca, ainda, que este movimento científico não é independente do debate social que ocorre em torno dos direitos da criança. Para a autora, a Carta Internacional dos Direitos da Criança de 1987 simboliza o acesso da criança ao estatuto de sujeito e à dignidade da pessoa. Neste processo, emergem duas posições. Uma pautada no compromisso com a tradição de proteção, fundada na idéia de educação e de instrução, e outra que pede uma mobilização em torno dos “direitos do homem na criança” (p. 20). Há uma preocupação com o interesse da criança, de modo que, em processos de divórcio, o surgimento da criança significa a constituição da família, o que leva juristas e sociólogos a afirmar que *o princípio de indissociabilidade se deslocou para a filiação de modo a sustentar a incondicionalidade do elo de filiação como elo social* (Sirota, 2001:21).

De acordo com o texto, foram organizados, nos dois números da revista *Èducation et Societés*, sobre sociologia da infância, artigos que apresentavam tendências atuais. Desta forma, buscava-se contribuir para situar as tendências na construção do campo. A autora constata que, na seleção dos artigos, poucos se

referiam ao sistema escolar e, para alguns autores, esse fato está justamente relacionado à tentativa de desescolarização da sociologia da educação, para abordar o conjunto dos processos de socialização.

Como conclusão provisória, a autora reafirma que não pretende, com esse texto, impor um quadro teórico, mas contribuir para a estruturação de seu campo. Segundo ela, para a estruturação do campo, é necessário desescolarizar a abordagem da criança, já que a análise da socialização não pode se ater simplesmente aos problemas colocados pela escolarização. Termina dizendo que se trata de compreender aquilo que a criança faz de si e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições inventam para ela.

É nessa perspectiva que caminha este estudo ao considerar as crianças como atores sociais e focar suas interações em um ambiente outro que não a escola.

Nessa mesma linha de reflexão, a emergência de uma sociologia de infância no Brasil foi analisada por Quinteiro (2002). A autora aproxima de nossa realidade o debate realizado por Sirota. Apresenta alguns aspectos e questões que resultam da emergência de uma sociologia da infância, tendo como fonte a produção brasileira sobre o tema. Destaca que pouco se sabe sobre as culturas infantis e alerta que quando as pesquisas ouvem as crianças, suas falas aparecem soltas no texto, à margem das interpretações e análises dos pesquisadores. Após um panorama mais geral sobre a história e as condições da criança nas pesquisas em ciências sociais, Quinteiro se debruça sobre a produção nacional. Considera que o primeiro olhar destinado às crianças foi o da alçada jurídica: nele, a infância pobre ganhou o estatuto de Menor, sendo esta a primeira categoria social destinada às crianças. Assim, a autora considera que a história da infância no Brasil coincide com a história da assistência, do atendimento às crianças em situação de risco (p. 149). Na década de 70 foram realizadas pesquisas diagnósticas que buscavam subsidiar programas sociais. Esses estudos marcaram, segundo Quinteiro, os primeiros passos das ciências sociais, reunindo os interesses do Estado aos de outros profissionais ligados à criança.

Cabe destacar o trabalho realizado por Florestan Fernandes, na década de 40. Este é considerado por Quinteiro, no artigo em questão, como o primeiro trabalho a reconhecer a criança como um agente de socialização. Em *As “Trocinhas” do Bom Retiro*, Fernandes observou, registrou e analisou o modo

como se realizava o processo de socialização das crianças residentes nos bairros operários da cidade de São Paulo que, depois da escola, juntavam-se nas ruas para brincar. Seguindo este percurso histórico, Quinteiro aponta José de Souza Martins como o primeiro pesquisador a assegurar a criança como testemunha da história. Em “O massacre dos inocentes”, o autor *desafiou a tendência até então presente entre os cientistas sociais de interessar-se por informantes que estão no centro dos acontecimentos, que têm um certo domínio das ocorrências, que têm, supostamente, uma visão mais ampla das coisas* (p.152). Quinteiro considera que, dentro do processo de reconhecimento da criança como categoria social, a antropologia trouxe uma contribuição especial ao entender a cultura como estruturante do cotidiano de todo grupo social. Cultura que se expressa nos modos de agir, pensar, relacionar e atribuir sentido ao mundo.

Como contribuição para este debate, a autora destaca que *ainda estamos construindo os faróis de análise que permitem observar, ouvir e interpretar as vozes da infância (...) o que se verifica é a existência de uma produção relativa ao fenômeno da infância que vem contribuindo para que inquietudes sejam instaladas no repensar dos conceitos, dos fins da educação e do sentido da escola na contemporaneidade* (p. 156).

Os trabalhos apresentados por Sirota e Quinteiro são considerados como de grande relevância para os interessados na infância como campo de pesquisa. Pessoalmente, fico com a pergunta: é necessária uma sociologia da infância? Ou, devemos assumir que existe uma lacuna no que diz respeito aos estudos da sociologia e que o campo da educação tem feito poucas interfaces com as outras ciências humanas? De toda maneira, estudos desta natureza contribuem para a construção deste campo e nos colocam em diálogo com outras áreas do conhecimento.

2.1

Infância em construção: o nascimento de um campo de pesquisa

A legitimação da infância como categoria social e campo de pesquisa, vem ocorrendo ao longo dos anos e foi reforçada por muitos estudos. Podemos dizer que um dos mais importantes trabalhos foi o de Phillipe Ariès (1978), historiador francês que, no seu livro “História Social da Criança e da Família”, mostra como o conceito de infância muda historicamente em função de determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos. Examinando pinturas, testamentos, inscrições em túmulos, o autor vai mostrando como a concepção de infância, baseada na idéia de que existe uma natureza infantil, imatura, indefesa, ignorante em relação à natureza adulta, foi sendo determinada pela passagem gradativa do modo de produção feudal para o capitalista. Analisando esses documentos, o autor constatou que, na sociedade feudal, anteriormente à industrialização e ao aparecimento da família nuclear e da escola, a criança era percebida como um “mini-adulto”, não havendo consciência da particularidade infantil.

Foi a modernidade, a partir das novas formas de organização da sociedade e das relações de trabalho, que inaugurou o sentimento moderno de infância que corresponde a duas atitudes, aparentemente contraditórias, dos adultos: a “paparicação” e a “moralização”.

Se na sociedade feudal a infância, misturada à coletividade, passava despercebida, na sociedade capitalista ela se torna mais exposta à vigilância do adulto, cujo olhar perscrutador enxerga sua pureza, inocência, graciosidade, que justificam a “paparicação”. Por outro lado, este mesmo olhar capta as imperfeições infantis que justificam, por sua vez, a necessidade de a criança ser “moralizada” pelo adulto e pela escola.

Os estudos de Ariès (1978) e muitos outros nos ajudam a pensar que a ‘infância’, da forma como é vista hoje, tem a marca de um tempo e de uma organização específica de uma sociedade. Mas, se o surgimento do sentimento de infância nasce com a sociedade burguesa e é profundamente influenciado pelos aspectos sociais, o que podemos dizer sobre a infância nos dias de hoje? Que práticas e representações sociais existem relacionadas às crianças? O que fazem as crianças quando entregues a si mesmas e em condições que podem organizar e

gerir o tempo e o espaço? Como são organizados os espaços a elas destinados? Como se relacionam infância e consumo? Do que brincam as crianças que moram em uma metrópole? Existem espaços públicos destinados às crianças em nossa cidade?

Foi inspirada nestas questões e acreditando não ser possível delinear qualquer concepção de infância sem trazer, para o centro da discussão, a sociedade na qual a criança está inserida que viso, neste estudo, mergulhar nas relações sociais que envolvem as crianças em um espaço urbano público. *As crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas sim uma parte do povo e da classe de que provêm.* (Benjamin, 1984: 70) Considerando, então, as crianças como sujeitos de direitos, inseridos em um mundo amplo, numa sociedade marcada por contradições e, na tentativa de me afastar um pouco da escola, universo do qual faço parte há doze anos, nove deles trabalhando com turmas de crianças de 0 a 6 anos, privilegiei estudar outros locais freqüentados por crianças. Na busca por um local urbano, público e que agregasse crianças, elegi as pracinhas², como campo para esta pesquisa.

A escolha do campo de pesquisa foi motivada por meu desejo pessoal e, também, pelo encontro com referenciais das áreas da sociologia e da antropologia, que me alertaram para a importância de pesquisar crianças em diferentes contextos sociais, descobrindo que espaços são a elas destinados em nossa sociedade e quais as relações neles estabelecidas. Delimitado o campo, tornou-se então necessário definir os procedimentos metodológicos mais adequados para esta pesquisa.

2.2

Crianças e espaço urbano - os desafios da pesquisa

A revisão de literatura sobre o tema infância e também sobre metodologia de pesquisa me mostrou que realizar este estudo envolvia dois grandes desafios. O primeiro se situa na própria pesquisa com crianças e o segundo na investigação tendo, como campo, um espaço urbano público.

² O campo da pesquisa será apresentado em um momento posterior

Sobre o primeiro desafio, deve-se considerar as crianças como um segmento social que não constrói conhecimento formal sobre si mesmas. Como fazer uma pesquisa onde elas estejam no centro da cena? Como fazer emergir o que lhes é mais significativo?

Em seu artigo “Infância e Educação no Brasil”, Quinteiro (2002) busca discutir aspectos teórico-metodológicos da pesquisa com a infância. Ao fazer um “estado da arte” sobre os trabalhos que trouxeram para o centro de suas pesquisas a criança, a autora afirma que *os estudos sobre o olhar a criança e a infância nas áreas das ciências humanas e sociais são recentes e incipientes, não apenas porque a criança é raramente ouvida, mesmo no campo da história oral, mas também porque os poucos estudos existentes se debruçam mais sobre os problemas e os dilemas da criança sem infância*, (referindo-se à expressão cunhada por Martins). (1991:13-14).

Esta é a preocupação de Kramer (1997). A autora destaca a necessidade da realização de um amplo e consistente estado da arte das pesquisas da infância no Brasil. Kramer acredita que, desse modo, esses trabalhos sistematizados podem contribuir para traçar um panorama das principais tendências teórico-metodológicas de investigação, discutir seus resultados e apontar os avanços, as conquistas e as lacunas ainda existentes.

Alguns trabalhos vêm sendo realizados, neste sentido. Em uma breve revisão de literatura, encontramos importantes contribuições na construção de uma metodologia que atenda à singularidade da pesquisa com crianças. Pereira, Salgado e Jobim e Souza (2002) acreditam que *a pesquisa com a criança é também um modo de compreendermos criticamente a produção cultural de nossa época e os lugares que adultos e crianças ocupam neste processo de criação* (s/n). No artigo “Pesquisando infância e televisão: algumas considerações teórico-metodológicas”³ (2002) as autoras buscam refletir como e a partir de que referenciais teórico-metodológicos é possível pesquisar a infância no mundo contemporâneo, considerando a diversidade que apresenta em relação ao olhar adulto, e o diálogo que funda as relações no processo de pesquisa com a criança.

As autoras assumem a televisão como objeto de pesquisa, por considerá-la a mais popular forma de mídia, ocupando um lugar de referência na produção da

³ Apresentação realizada no GT Educação e comunicação – anped 2002

subjetividade contemporânea e pretendem, com a opção por esse veículo, contribuir para a construção de uma análise crítica da infância contemporânea e sua relação com a TV.

Tendo em vista a intenção de compreender os sentidos que as crianças constroem a partir das interações com a linguagem televisiva e suas diversificadas formas de programação, a pesquisa realizada pelas autoras adquiriu caráter de intervenção, uma vez que *a intenção é introduzir o estranhamento no olhar e desconstruir o hábito de ver imagens que se sucedem sem interrupção (s/n)*. Pereira, Salgado e Jobim e Souza utilizaram como estratégia, dois tipos de trabalhos com a linguagem televisiva. O primeiro é a construção de um outro tipo de audiência, suscitado pela exibição de imagens como disparador de diferentes formas de discussão / expressão junto ao grupo de interlocutores infantis; o segundo, a produção de imagens da linguagem televisiva. As autoras justificam suas escolhas esclarecendo que, *ao entrar em contato com a imagem no vídeo, a criança pode ver-se como outro, instaurando consigo própria uma relação alteritária (...) é obvio que esse distanciamento não se desencadeia pela pura e simples presença do vídeo, mas principalmente pelo diálogo com as crianças e com os outros adultos que ele (o vídeo e as reuniões e conversas em torno das imagens) potencializa*.

Leite (1997), empenhada em responder a pergunta “O que falam de escola e saber as crianças da área rural?” toma a criança como eixo, a fim de captar a sua visão de escola e de acesso ao saber. Trabalhando com um grupo de cerca de 30 moradores, na faixa etária entre 6 e 14 anos, a autora considera que *a observação participante foi o ponto forte da minha pesquisa de campo*, mas esclarece que também lançou mão de outras estratégias ao buscar o encontro com seus protagonistas de pesquisa. Leite explica que desenvolveu *uma série de abordagens, variadas e divertidas, procurando redefinir teórico-metodologicamente o esquema convencional de entrevistas (...) as próprias crianças iam conduzindo nossos encontros por meio do uso que davam aos materiais disponíveis – gostavam muito de desenhar, de cantar e, principalmente, de contar “causos”* (p.82).

Nesses trabalhos, vemos que as metodologias utilizadas pelas pesquisas convencionais como a observação participante, a entrevista e o uso do diário de campo, ganharam uma nova roupagem. Nela, emerge uma concepção de infância

que valoriza a criança pelo que ela é, dando espaço ao lúdico e à brincadeira, trazendo desta forma, para o centro das suas estratégias, atividades e técnicas que sejam significativas para o universo infantil. A pesquisa realizada por Algebaile (1997) caminhou neste sentido. A autora buscou “as vozes” infantis, utilizando dobraduras, músicas, literatura, desenho, recorte e colagem e dramatização para discutir questões que envolveram os temas: família, escola, trabalho, ser menino e ser menina, violência, ser criança e brincadeiras. A pesquisa foi realizada com cerca de 270 crianças de 6 a 11 anos, numa escola pública municipal. Ao utilizar estas atividades para coleta de dados a autora buscou uma *resignificação da linguagem infantil, ao mesmo tempo em que cunhava novas metodologias para esta busca* (p.129). A busca de que nos fala a autora diz respeito à intenção de pesquisas que trazem a voz das crianças, inserindo-as como depoentes e sujeitos construtores da história.

Em uma recente publicação destinada, especificamente, a este tema encontramos o artigo de Gobbi (2002). A autora também tem como objetivo contribuir para a construção de uma metodologia de pesquisa que privilegie “os pequenos”. Gobbi traz os desenhos infantis em conjugação com a oralidade como forma privilegiada de expressão da criança. Para a autora, os desenhos podem ser considerados como documentos históricos, numa atitude investigativa que procure contemplar a necessidade de conhecer parte da História e de suas narrativas segundo o olhar da criança (p 73). Os desenhos, para ela, são produzidos como veículos e depositários do imaginário e da imaginação das crianças, *contém em si informações que vão além dos mesmos, extrapolando o registro ou cópia fiel do que está ao redor; são portadores de sonhos, de imaginação, de vínculos constituídos entre seus produtores e aqueles ou aquilo que estavam nos entornos da produção e que devem ser considerados* (p.79). Gobbi salienta que trabalhar com os desenhos das crianças não é uma tarefa simples. Segundo ela, pode-se correr o risco de afirmar que os desenhos são representações fiéis da realidade vivida, como se estivessem congelados no tempo e no espaço, desprezando o fato de conterem também a imaginação e as intervenções dos autores. Considera, também, frágil as abordagens vindas da psicologia do desenvolvimento infantil pois nelas, as produções tornam-se prisioneiras de um olhar já formatado (p.74-75). Recorrendo à literatura existente sobre o tema, a autora afirma que *não conseguimos ainda construir um olhar próprio, mas que as formas de abordar o*

desenho dos pequenos passa hoje por reformulações que o colocam em diálogo com outras áreas do conhecimento, procurando ampliar as concepções que até o momento constituem o imaginário e a prática das professoras daqueles que, de uma forma ou de outra, dialogam com ele. (p.75).

Porém, não podemos deixar de considerar que a história da infância no Brasil é recente e, mais recentes ainda são as pesquisas no campo da infância. Como a construção de qualquer campo, que tenha como meta um debate constante, muitos têm sido os equívocos, tanto na coleta, como no tratamento dos dados que têm as crianças como fonte. É comum vermos fotografias, falas e desenhos utilizados como ilustração de textos. É preciso que os pesquisadores não caiam na tentação de se omitir atrás dos depoimentos, já que muitas crianças explicitam em seus discursos aquilo que tememos dizer ou afirmar em um trabalho acadêmico. Kramer (2002) chama à atenção para os cuidados éticos na pesquisa com crianças de diferentes idades, grupos e contextos. Traz para o debate três questões importantes e polêmicas que devem ser consideradas, pelos pesquisadores, ao elaborarem suas pesquisas com crianças. A primeira está relacionada ao anonimato, ou, como nomear os depoentes sem que eles sejam identificados e, com isso, corram riscos? A segunda diz respeito ao uso da imagem e a autorização deste uso. A terceira trata das implicações relativas à devolução do material da pesquisa. A autora demonstra, através do depoimento das crianças, o risco que elas podem correr ao terem suas falas ou imagens identificadas. Fica então, conosco, a pergunta: como garantir o direito da autoria, quando sabemos existirem práticas abusivas contra crianças que denunciam maus tratos a que são submetidas? As questões levantadas por Kramer, assim como outras relacionadas à ética e ao compromisso do pesquisador com esses cidadãos, não podem ficar de fora deste rico debate que procura construir caminhos significativos para a pesquisa com crianças.

Em estudos exploratórios, venho tentando encontrar, nos meandros dos caminhos utilizados nas pesquisas qualitativas, metodologias que possam ser porta-vozes da expressão da criança sobre sua infância. A observação participante e as entrevistas com as crianças e seus desenhos, têm sido as principais fontes, não só para a análise do que pensam as crianças, como, para algo além, que reside no encontro da pesquisadora com fragmentos de seu tempo, de sua história. Ao pesquisarem crianças, os adultos não podem perder de vista que um dia também

foram crianças. Neste sentido, encontrar com as crianças também tem sido encontrar comigo mesma. Nesta relação de alteridade, dentro do processo de pesquisa, ao fazermos emergir o que pensam, penetrando neste mundo lúdico que as envolve, construímos conhecimento sobre os homens e sobre a sociedade.

Por acreditar que na alteridade se organiza a produção do conhecimento, e considerar que a história deve ser construída por todos os seus participantes, aceito os desafios que emergem da elaboração desta pesquisa. Lanço-me ao encontro das crianças tendo como parceiras as leituras apresentadas neste pequeno recorte e também as muitas outras que têm sido fundamentais na minha formação pessoal. Tento, ao lado das crianças, aprender e compreender um pouco mais sobre a sociedade em que estamos inseridos. Busco construir um olhar atento às práticas e vivências das crianças, no exercício proposto pela antropologia de “entender o outro em seus próprios termos”.

Os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar, por meio do qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’ em sua verdadeira interioridade. (OLIVEIRA, 1998:34)

Ao interpretar os fatos em sua interioridade e, na tentativa de ampliar o que propõe Cardoso de Oliveira, trago para esta pesquisa também alguns desenhos realizados por crianças. Acredito que a elaboração dos desenhos está diretamente ligada à produção cultural das crianças e que seu enredo, cheio de significados, traz as marcas de um tempo e conta uma história. Contudo, não posso deixar de salientar que, sua elaboração, nesse caso, também se tornou uma estratégia metodológica. No campo, o tempo das crianças é fugas e a proposta do desenho serviu como uma maneira de aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos, já que ao desenharem dispunham de maior disponibilidade para a entrevista, tornando-se mais concentrados. Tendo feito essas colocações, convido o leitor a conhecer os desenhos elaborados pelas crianças, onde aparece o campo pesquisado. Saliento que ao fazer essa escolha, minha proposta não foi retratar o campo, mas que, na perspectiva de alteridade, pudéssemos, juntos, significar o espaço e considerar as possíveis relações nele existentes durante nossas conversas e durante a realização do desenho. Olhar os desenhos das crianças hoje, ao elaborar este texto, torna o nosso momento de encontro vivo novamente. Olhá-los é ir para além de seus traços e reencontrar cada uma das crianças com quem

estive, mergulhar em suas histórias e nos comentários que faziam ao priorizar este ou aquele elemento em seus desenhos.

Nesta relação de alteridade alguns cuidados são necessários. A antropologia nos sugere o exercício de estranhar o familiar, deixar que ele se mostre pelas múltiplas facetas que possui, e não somente pelas idéias que fazemos dele, por nossos conceitos e pré-conceitos. Fazer a tarefa que propõe Amorim (2001), de ser hóspede e anfitrião, aquele que *recebe e acolhe o estranho. Abandona seu território, desloca-se em direção ao país do outro, para construir uma determinada escuta da alteridade, e poder traduzi-la e transmiti-la* (p.26).

Este pensamento - ser o adulto hóspede e anfitrião nesta relação com as crianças - tem sido fundamental na construção dos caminhos da pesquisa,.

Até aqui me detive aos desafios e cuidados da pesquisa com crianças, mas não é só este aspecto que envolve esta dissertação. Um desafio de igual valor está relacionado à elaboração de pesquisas que tenham como campo um espaço público urbano.

2.3

Quando o campo é a rua - a pesquisa na cidade

Na busca por uma pesquisa que visasse analisar práticas infantis na cidade e tendo como meta um espaço público, encontrei nas pracinhas de bairros um local privilegiado para este estudo. Diante dessa escolha, tornou-se necessário delimitar uma entre as muitas praças da cidade do Rio de Janeiro.

Em um primeiro exercício fotografei sete praças do bairro em que moro, a Tijuca. Através das fotografias e do breve período em que estive, de maneira exploratória, nesses locais, pude perceber que existia muita semelhança na forma com que eram organizadas. A praça Xavier de Brito, “A praça dos cavaleiros”, como é conhecida, me despertou um interesse particular. A maioria das pessoas com quem falei conhecia o local e mesmo moradores de outros bairros do Rio, já haviam levado seus filhos a ela. Em sua organização, brinquedos, cavalos e charretes, para alugar; vendedores de balões, um chafariz em seu centro, um comércio organizado ao seu redor e, do outro lado da rua, uma grande escola

pública. Pareceu-me, de todos os espaços, o mais dinâmico. Por isto foi escolhido como local desta pesquisa.

Diferente de outros locais, onde a regularidade existe pelo menos na permanência, como é o caso das instituições que atendem as crianças em horários determinados, a pesquisa na praça me leva a criar outras estratégias de observação e análise.

Esta percepção foi fundamental para que eu pudesse construir o olhar de pesquisadora, rompendo com a idéia de um campo de pesquisa hermético. A singularidade do meu campo e os possíveis encontros e desencontros com outras pesquisas, que também têm como foco crianças e espaço urbano, delinearam as estratégias metodológicas, buscando responder às seguintes perguntas: de que forma são organizados os espaços para as crianças em nossa cidade? Quais as possíveis relações criança-criança, criança-adulto, criança-consumo em um espaço público urbano?

Minha entrada no campo foi inspirada pela leitura de autores ligados à antropologia. Inicialmente, esperava encontrar um grupo de crianças que freqüentasse a praça nos mesmos horários, mas, para minha surpresa, logo percebi que a população da praça é flutuante. São, em sua maioria, moradores dos arredores e a freqüência ao local é determinada, entre outras coisas, pelas atividades extra-escolares. A avó de um menino de dois anos me explica melhor a dinâmica da praça. Segundo ela, quando seu neto era um bebê fez um grupo de dezessete ou dezoito amigos na praça: “era um grupo que se encontrava todo dia”. As crianças vinham acompanhadas pelas mães, que ao retornarem aos seus trabalhos, diminuía a freqüência dos encontros porque seus filhos passariam a ficar nas creches. Hoje o grupo encontra-se reduzido a três ou quatro crianças.

Uma mãe também descreve a dinâmica do local. Segundo ela, pela manhã freqüentam a praça as crianças menores, as de “quatro e cinco anos só à tarde”. Já o responsável pelo aluguel de brinquedos acredita que não existe um público para cada horário da praça, mas é o clima que determina a ida das crianças. Ele me explica: “agora no inverno está ventando e os pequenos vêm menos à tarde, senão ficam resfriados”.

Na tentativa de construção do olhar antropológico, da percepção das recorrências e, tendo em mente a provocação de que o pesquisador é parte do problema, minha primeira e difícil tarefa era sintonizar meu olhar, meu ouvir e

meu escrever, com o sistema de idéias e valores próprios dos protagonistas desta pesquisa.

Inicialmente, optei pela observação participante como principal metodologia de pesquisa, mas com minha ida ao campo, compreender alguns significados se tornou necessário. Passei a realizar conversas e entrevistas informais com alguns adultos. Aproximar-me não foi uma tarefa fácil, diante da complexidade que é o espaço de que estamos falando. Em busca de uma referência para a pesquisa, fiz da pergunta de Gilberto Velho minha inquietação: como pesquisar em sociedades complexas? Caracterizada como local de coexistência de diferentes estilos e visões de mundo, as sociedades complexas têm como uma de suas marcas a presença e participação de indivíduos de categorias sociais distintas (VELHO, 1999). Os estudos de Velho me levaram ainda mais fundo no campo e passei a perceber não apenas as crianças na praça, mas a praça como um organismo que possui cultura e redes de significados.

No projeto inicial, a realização da pesquisa de campo estava prevista para ser desenvolvida em três etapas. No entanto, em algumas idas exploratórias ao local percebi que seria melhor observar mais atentamente cada uma das áreas demarcadas na praça, porém, sem perder a idéia do todo. Dessa forma, a primeira etapa da observação seria destinada à análise das relações ocorridas dentro de um cercado ocupado por brinquedos gratuitos; a segunda, à observação das crianças nos brinquedos pagos; a terceira seria dedicada aos outros espaços da praça, ocupados pelas crianças. Todas essas etapas teriam, como principal fonte, a observação. Porém, ouvir as crianças, o que pensam sobre a praça, tornou-se fundamental ao longo da pesquisa. Realizei então, pequenas entrevistas, conversas com elas e com seus responsáveis. Sem este encontro parecia que o estudo corria o risco de falar das crianças, de suas práticas, sobre a ótica do adulto. Este não é meu objetivo. Quero trazer as crianças, seus olhares, as concepções que têm sobre o mundo em que vivem.

Passei a me aproximar das crianças, principalmente durante os dias da semana, já que nesses dias elas se encontram em número mais reduzido. Durante a semana, algumas crianças vão à praça sozinhas, ou só com um adulto. O espaço parece ser mais democrático, com acesso a todos por, não haver as atividades pagas. Foi justamente por acreditar que durante o espaço era mais democrático,

que me perguntava: por que a praça nos dias de semana tem um número tão reduzido de crianças?

As crianças que freqüentam a praça durante a semana, aparecem mais no período da manhã e no final da tarde. Algumas estudam em uma escola pública situada ao lado da praça. Elas eram minhas principais informantes. Ao observar sua dinâmica, percebi que freqüentam a praça em pequenos grupos, com o uniforme da escola e ficam por poucos minutos porque “tem que voltar para casa antes do anoitecer”.

Ao me aproximar das crianças, seus sorrisos se definiam como uma espécie de sim à minha abordagem. O tempo que se detinham para responder às minhas perguntas era variado. Algumas se mostravam atentas ao que eu escrevia, outras respondiam olhando os brinquedos por cima de meus ombros.

Como já foi sinalizado, a maioria das conversas acontecia nos dias da semana, o que não significa que eu não tenha me aproximado das crianças que freqüentam a praça nos finais de semana. Várias foram as tentativas, mas poucos foram os adultos que se dispuseram a parar suas atividades e conversar comigo; quando isso acontecia, eram as crianças que se negavam a deixar as brincadeiras.

Ao observar as crianças em interação e ver a forma como dispõem e se relacionam com aquele espaço, torna-se cada vez mais claro o sentimento de infância como uma categoria dentro do social. Diante disso, crescia ainda mais o desejo de envolver com o campo, reconhecendo-o como uma parte que compõe um todo, a humanidade. Sempre soube que pesquisar crianças não era uma tarefa fácil, já que as investigações que podem nos ajudar neste sentido, aquelas que trazem as crianças como protagonistas e buscam dar voz aos seus sujeitos, ainda estão dando os primeiros passos. Sobre a metodologia de pesquisa, muitas têm sido as tentativas de utilização de técnicas que consideram as especificidades das crianças. Contudo, para além das técnicas, é preciso um redimensionamento do olhar. O olhar do investigador, o olhar do adulto frente à criança. Adauto Novaes (1988) afirma que *o olhar deseja sempre mais do que lhe é dado ver* (p.9). Assim, deve ser o olhar do pesquisador, o que não olha na busca por captar, no sentido de enclausurar a imagem, mas sim o que olha com todos os sentidos e com toda a entrega, o que momentaneamente se abandona de sua experiência e mergulha na lógica em que se organizam e pensam as crianças.